

## Governo identifica 11 milhões de euros em “contribuições falsas” em quatro anos

Numa resposta ao Parlamento, o Governo conclui que 25 mil processos concluídos apuraram 11 milhões em “contribuições falsas” para acesso a prestações indevidas. Valores correspondem a uma ínfima parte da receita. Relação destes casos de fraude com a nova regra contestada pela oposição não fica clara.



A ministra tem justificado a alteração às regras com o risco de fraude no acesso a apoios.

Tiago Petinga / Lusa

***Catarina Almeida Pereira***

SEGUIR

09:30

Em quatro anos, houve 25,7 mil processos relacionados com suspeitas de vínculos e remunerações “sem qualquer prestação de trabalho real” **no âmbito dos quais se apuraram 11 milhões de euros em “contribuições falsas”**. Os dados que o Governo enviou ao Parlamento pretendem ilustrar a dimensão dos casos de fraude, embora não fique claro na resposta que estas situações decorram exclusivamente da regra que o Executivo alterou e que a oposição quer agora corrigir.

As alterações ao Código Contributivo que entraram em vigor em janeiro passaram a determinar que nas situações em que é detetado um trabalhador não declarado à Segurança Social, se presume, salvo prova de data em contrário, que a relação de trabalho começou três meses antes (em vez dos anteriores 12), o que obriga ao pagamento das contribuições desse período.

Se os partidos da oposição apresentam várias propostas para travar a redução da retroatividade, alegando que a redução para três meses alivia a sanção contributiva sobre empresas incumpridoras e desprotege os trabalhadores no acesso a apoios sociais, o Governo tem justificado a mudança que está em vigor com o risco de manipulação de carreira contributiva para acesso indevido a apoios.

Em resposta ao requerimento da Comissão de Trabalho, enviado por iniciativa do PS, para apresentação de dados desagregados, o Governo reitera que o atual sistema de Segurança Social **não permite obter informação completa, “uma vez que não foi concebido para tal”**.

No entanto, informa que estão em curso centenas de ações de fiscalização junto de empresas e empresários em nome individual. E, além de reiterar alguns exemplos, conclui que nos últimos quatro anos, entre 2022 e 2025, houve 25,7 mil processos que envolvem um total de 79,4 milhões de euros em contribuições, foram detetados 11 milhões de euros em contribuições “falsas ou anuladas”. Este último valor corresponde a 0,01% dos 105 mil milhões de euros arrecadados em contribuições no mesmo período, entre 2022 e 2025.

Para os últimos três anos, a resposta refere-se a um montante de 4,3 milhões de euros em “valores de prestações que deixaram de ser pagas” somados aos que se referem a “reposições de prestações indevidamente recebidas”.

“Reitera-se que a alteração legislativa em causa, reduzindo o prazo de presunção de doze para seis meses, não põe em causa os direitos dos trabalhadores, uma vez que os prazos de garantia para acesso a prestações sociais não foram alterados, pelo que, confirmando-se existência de relação laboral, o acesso às prestações é garantido”, sustenta o Ministério do Trabalho. A alteração que já está em vigor e que a oposição contesta consiste, na verdade, na redução do prazo para três meses, e não para os seis referidos pelo Executivo.

LEIA TAMBÉM

[Trabalho não declarado: Chega alinha com PS, IL e BE e quer mais descontos do que o Governo](#)

[PS e IL querem alterar regras em caso de trabalho não declarado. Chega garante que “não apoiará” despenalização](#)

[Nova regra trava apoios a trabalhadores não declarados](#)

[Governo reduz descontos a pagar em caso de trabalho não declarado](#)

[Governo sugere que declarar contratos no próprio dia evita ilegalidades. Oposição duvida](#)

#### **Obrigado por apoiar o nosso jornalismo.**

No Negócios temos como missão disponibilizar informação económica fiável, atual e relevante. E se a batalha pela relevância é uma responsabilidade que nos cabe, no novo enquadramento do setor a capacidade de continuarmos a desempenhar o nosso papel depende cada vez mais do investimento do leitor. Agradecemos a sua confiança. Vamos continuar a trabalhar para a merecer.

**C•STUDIO**

C•Studio é a marca que representa a área de Conteúdos Patrocinados do universo Medialivre. Aqui as marcas podem contar as suas histórias e experiências.

[Europa chama, Portugal responde: começam os oitavos das competições da UEFA](#)

[Concerto 'Na Obra com Piano' dá vida à nova casa da Fidelidade em Lisboa](#)

[Guia MBA: do conhecimento à ação](#)